



**Universidade do Minho**  
Departamento de Informática

# Ética & Dados

SA @ Perfil SI, MEI  
2º sem, 2024/2025



- 00m00s/01m:15s
- 08m55s
- 13m00s





Cibersegurança

# Tribunal Constitucional chumba normas da “lei dos metadados”

Lusa  
27 Abril 2022



O TC entendeu que guardar os dados de tráfego e localização de todas as pessoas, de forma generalizada, “restringe de modo desproporcionado os direitos à reserva da intimidade da vida privada”.



O TC entendeu que guardar os dados de tráfego e localização de todas as pessoas, de forma generalizada, “restringe de modo desproporcionado os direitos à reserva da intimidade da vida privada”.

Follow

Like

O Tribunal Constitucional declarou inconstitucionais as normas da chamada “lei dos metadados” que determinam a conservação dos dados de tráfego e localização das comunicações pelo período de um ano, visando a sua eventual utilização na investigação criminal.

O TC considerou que, ao não se prever que o armazenamento desses dados ocorra num Estado-membro da União Europeia, “põe-se em causa o direito de o visado controlar e auditar o tratamento dos dados a seu respeito” e a “efetividade da garantia constitucional de fiscalização por uma autoridade administrativa independente”.

Por outro lado, o TC entendeu que guardar os dados de tráfego e localização de todas as pessoas, de forma generalizada, “restringe de modo desproporcionado os direitos à reserva da intimidade da vida privada e à autodeterminação informativa”.

“Designadamente, por atingir sujeitos relativamente aos quais não há qualquer suspeita de atividade criminosa: abrangem-se as comunicações eletrónicas da quase totalidade da população, sem qualquer diferenciação, exceção ou ponderação face ao objetivo perseguido”, lê-se.

O acórdão que declara a inconstitucionalidade daquelas normas com “força obrigatória geral” é de 19 de abril e foi proferido na sequência de um pedido da Provedora de Justiça, de acordo com o comunicado do TC.



O TC entendeu que guardar os dados de tráfego e localização de todas as pessoas, de forma generalizada, “restringe de modo desproporcionado os direitos à reserva da intimidade da vida privada”.

Follow

Like

O Tribunal Constitucional declarou inconstitucionais as normas da chamada “lei dos metadados” que determinam a conservação dos dados de tráfego e localização das comunicações pelo período de um ano, visando a sua eventual utilização na investigação criminal.

O TC considerou que, ao não se prever que o armazenamento desses dados ocorra num Estado-membro da União Europeia, “põe-se em causa o direito de o visado controlar e auditar o tratamento dos dados a seu respeito” e a “efetividade da garantia constitucional de fiscalização por uma autoridade administrativa independente”.

Por outro lado, o TC entendeu que guardar os dados de tráfego e localização de todas as pessoas, de forma generalizada, “restringe de modo desproporcionado os direitos à reserva da intimidade da vida privada e à autodeterminação informativa”.

“Designadamente, por atingir sujeitos relativamente aos quais não há qualquer suspeita de atividade criminosa: abrangem-se as comunicações eletrónicas da quase totalidade da população, sem qualquer diferenciação, exceção ou ponderação face ao objetivo perseguido”, lê-se.

O acórdão que declara a inconstitucionalidade daquelas normas com “força obrigatória geral” é de 19 de abril e foi proferido na sequência de um pedido da Provedora de Justiça, de acordo com o comunicado do TC.



# Proteção de dados e privacidade em linha

## Nesta página

Quando é autorizado o tratamento de dados?

Dar o consentimento

Retirada do consentimento e direito de oposição

Regras específicas relativas às crianças

Aceder aos seus dados pessoais

Retificar os seus dados pessoais

Transferir os seus dados pessoais (direito à portabilidade dos dados)

Apagar os seus dados pessoais (direito a ser esquecido)

Acesso não autorizado a dados pessoais (violação de dados)

Apresentar uma reclamação

«Cookies» (testemunhos de conexão)

As regras da UE em matéria de proteção de dados garantem a proteção dos seus dados pessoais sempre que estes sejam recolhidos, por exemplo, quando faz compras em linha, se candidata a um emprego ou pede um empréstimo bancário. Estas regras **aplicam-se tanto às empresas e organizações (públicas ou privadas) estabelecidas na UE como às estabelecidas fora da UE que oferecem bens e serviços na UE**, como a Facebook ou a Amazon, sempre que estas empresas solicitem ou reutilizem dados pessoais na UE.

**Não importa o formato em que os dados são recolhidos** – em linha, através de um sistema informático, ou em papel, através de um formulário estruturado. Sempre que sejam armazenadas ou tratadas informações que, direta ou indiretamente, o identifiquem como indivíduo, os seus direitos em matéria de proteção de dados têm de ser respeitados.

## Quando é autorizado o tratamento de dados?

De acordo com as regras de proteção de dados estabelecidas no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados da UE (RGPD), uma empresa ou organização **pode recolher ou reutilizar os seus dados pessoais** quando tal for necessário para:

- dar execução a um contrato que tenha celebrado consigo – por exemplo, um contrato de fornecimento de bens ou serviços (isto é, quando compra algo em linha) ou um contrato de trabalho
- cumprir uma obrigação legal – por exemplo, quando o tratamento dos dados pessoais constitui um requisito legal, como no caso em que a entidade patronal fornece informações sobre a sua remuneração mensal ao seu organismo de segurança social
- defender os seus interesses vitais – por exemplo, sempre que a recolha ou tratamento de dados pessoais possa proteger a sua vida
- exercer funções de interesse público – trata-se, sobretudo, das funções de administrações públicas como escolas, hospitais e municípios
- prosseguir interesses legítimos – por exemplo, quando o seu banco utiliza os seus dados pessoais para verificar se pode beneficiar de uma conta poupança com uma taxa de juro mais elevada



VALORES ▾

ÉTICA ▾

RESPONSABILIDADE ▾



# VER

Valores, Ética  
e Responsabilidade

Review

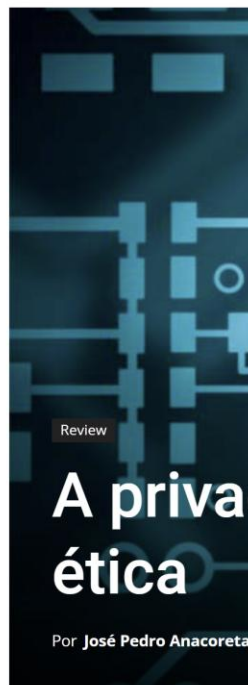
## A privacidade dos dados: uma questão ética

Por José Pedro Anacoreta Correia - Abr 10, 2018 0





# VER



No passado, as questões éticas relacionadas com a informação centravam-se essencialmente no uso da informação e respectivas consequências. Porém, actualmente, o aumento da capacidade de tratamento de dados, e a potencialidade associada à utilização, aumentam exponencialmente o risco de consequências negativas em relação aos titulares da informação. Por um lado, a forma como a informação é detida já pode levantar questões éticas e, por outro lado, as consequências da sua utilização nem sempre são visíveis. A utilização de dados pessoais pode conduzir a danos à escala dos desastres ambientais provocados pelas explorações petrolíferas.



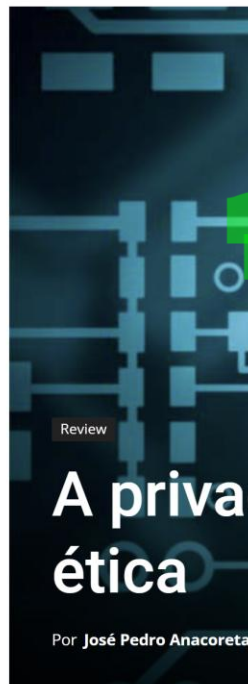
*José Pedro Anacoreta Correia é Strategic Project Management Director for HR and Data Protection na Sonae*

Para muitas pessoas, a protecção de dados é ainda vista como uma questão de segurança de informação, ou seja, de assegurar a integridade, disponibilidade e confidencialidade dos dados. No entanto, as questões mais problemáticas têm sobretudo a ver com a utilização oculta dos dados.





# VER



No passado, as questões éticas relacionadas com a informação centravam-se essencialmente no uso da informação e respectivas consequências. Porém, actualmente, o aumento da capacidade de tratamento de dados, e a potencialidade associada à utilização, aumentam exponencialmente o risco de consequências negativas em relação aos titulares da informação. Por um lado, a forma como a informação é detida já pode levantar questões éticas e, por outro lado, as consequências da sua utilização nem sempre são visíveis. A utilização de dados pessoais pode conduzir a danos à escala dos desastres ambientais provocados pelas explorações petrolíferas.

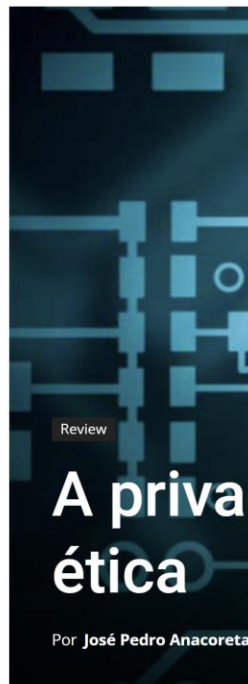


*José Pedro Anacoreta Correia é Strategic Project Management Director for HR and Data Protection na Sonae*

Para muitas pessoas, a protecção de dados é ainda vista como uma questão de segurança de informação, ou seja, de assegurar a integridade, disponibilidade e confidencialidade dos dados. No entanto, as questões mais problemáticas têm sobretudo a ver com a utilização oculta dos dados.



# VER



No passado, as questões éticas relacionadas com a informação centravam-se essencialmente no uso da informação e respectivas consequências. Porém, actualmente, o aumento da capacidade de tratamento de dados, e a potencialidade associada à utilização, aumentam exponencialmente o risco de consequências negativas em relação aos titulares da informação. Por um lado, a forma como a informação é detida já pode levantar questões éticas e, por outro lado, as consequências da sua utilização nem sempre são visíveis. A utilização de dados pessoais pode conduzir a danos à escala dos desastres ambientais provocados pelas explorações petrolíferas.



*José Pedro Anacoreta Correia é Strategic Project Management Director for HR and Data Protection na Sonae*

Para muitas pessoas, a protecção de dados é ainda vista como uma questão de segurança de informação, ou seja, de assegurar a integridade, disponibilidade e confidencialidade dos dados. No entanto, as questões mais problemáticas têm sobretudo a ver com a utilização oculta dos dados.



## ■ Ética

 **priberom**  
DICIONÁRIO

ética

☒ Ver definição ☐ Pesquisar nas definições <sup>1</sup>

[Página principal](#) [Sobre o dicionário](#) [Como consultar](#)

## ética

ética | *n. f.*  
fem. sing. de [ético](#)

### é·ti·ca

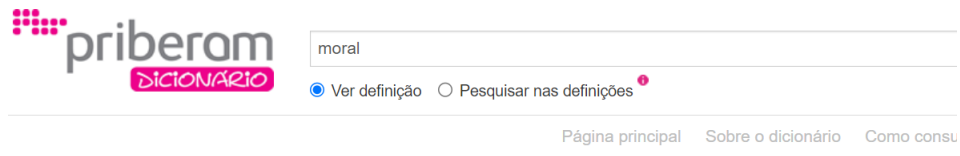
(latim *ethica*, -ae, do grego *ethikê*, feminino de *ethikós*, -ê, -ón, do grego *éthos*, -ous, costume, hábito)

*nome feminino*

1. [Filosofia] Parte da filosofia que estuda os fundamentos da moral.
2. Conjunto de regras de conduta de um indivíduo ou de um grupo.



- Ética
- Moral



## moral

**moral** | *adj.* 2 g. | *n. f.* | *n. m.*

### mo·ral

(latim *moralis*, -e, relativo aos costumes)

*adjectivo de dois géneros*

1. Relativo à moral.
2. Que procede com justiça. = CORRECTO, DECENTE, HONESTO, ÍNTEGRO, JUSTO, PROBO ≠ DESONESTO, ERRADO, IMORAL, INDECENTE
3. Não físico nem material (ex.: *estado moral*). = ESPIRITUAL
5. Conforme às regras éticas e dos bons costumes.

*nome feminino*

6. Conjunto dos princípios e valores de conduta do homem.
7. Bons costumes.
8. Conjunto de regras e princípios que regem determinado grupo.
9. [Filosofia] Tratado sobre o bem e o mal.
10. Susceptibilidade no sentir e no proceder.

*nome masculino*

11. Estado do espírito (ex.: *a derrota minou o moral do grupo*). = ÂNIMO, DISPOSIÇÃO



## ▪ O que é a “... dos Dados”?

- Na recolha?
- No arquivo e conservação?
- No tratamento?
- Na decisão?
  - Qual decisão?
    - Decisão humana?
    - Decisão automática/automatizada?
  - Por parte de quem/quê?

## Ética dos Moral dos **Dados**







- O assunto “Ética dos Dados” é:
- “Moral dos Dados” ou “Moral em Dados”?
- “Privacidade de Dados” ou “Tomada de Decisão”?

## Ética dos Moral dos **Dados**





**Deloitte.**

Serviços ▾

Indústrias ▾

Carreiras ▾

Hot Topics ▾

Pesquisa



Artigo

## A ascensão da ética na era dos dados e da IA

### Questões prioritárias e o que ainda falta fazer



Guardar para depois

A tecnologia recolhe atualmente um grande volume de dados pessoais, através das mais distintas aplicações e plataformas. O debate sobre as questões éticas associadas aos dados e à inteligência artificial já faz parte da agenda política da maior parte dos países, até porque a lei por detrás deste tópico tem ainda muitas lacunas, ou, em alguns casos, é praticamente inexistente.



**Deloitte.**

Serviços ▾

Indústrias ▾

C

## Artigo

# A ascensão da ética na era dos dados

## Questões prioritárias e o que ainda falta



Guardar para depois

A tecnologia recolhe atualmente um grande volume de dados através de diversas e distintas aplicações e plataformas. O debate sobre a privacidade e à inteligência artificial já faz parte da agenda política e a lei por detrás deste tópico tem ainda muitas lacunas e é quase inexistente.

[deloitte.com/pt/pt/hot-topics/A-ascensao-da-etica-na-era-dos-dados\(...\)](https://deloitte.com/pt/pt/hot-topics/A-ascensao-da-etica-na-era-dos-dados(...))

A legislação sobre a propriedade física é extremamente complexa, mas, ao longo dos anos, foi retificada e “limada” para eliminar áreas cinzentas que possam comprometer os princípios que regem os direitos e as responsabilidades associadas a uma propriedade.

E quando esta propriedade deixa de ser física, é complexa e circula livremente num mundo virtual que não se rege pelas mesmas regras?

Todos os dias a Internet, a Internet das coisas (IoT) e os sensores monitorizam e recolhem uma quantidade impressionante de dados sobre as pessoas – localização, gostos, comportamentos, amizades, saúde, sono, trabalho, entre outros exemplos. Para além disto, existem cada vez mais sistemas de inteligência artificial a tomarem decisões nos mais distintos cenários.

- Se um automóvel autónomo for confrontado com uma situação perigosa, deverá escolher o percurso menos arriscado para o passageiro ou para os peões?

A ética por detrás da IA e dos dados é cada vez mais relevante para as políticas públicas, mas é um assunto muito complexo e quase sem qualquer suporte legal.

Existem quatro questões a liderar este debate a nível mundial:

- **Privacidade – Apesar** dos múltiplos pedidos de autorização que assinamos, existem inúmeras violações de privacidade. Os *smartphones* e serviços *online* recolhem dados permanentemente. O governo pode monitorizar a nossa atividade na Internet. Agências e forças de autoridade estão a implementar tecnologia de reconhecimento facial. As lojas aproveitam esta tecnologia para traçarem o perfil do consumidor e estabelecer uma ligação direta ao cartão de crédito, por exemplo. Muitas destas coisas ocorrem sem conhecimento ou consentimento das pessoas.
- **Falta de transparência** - Os algoritmos baseados na IA são frequentemente mantidos em segredo, ou são tão complexos que torna-se difícil garantir total fiabilidade. São estes algoritmos, que cada vez, mais condicionam as nossas decisões através dos resultados que apresentam. Devemos confiar numa informação supostamente isenta criada por critérios “secretos”? Que papel deve o governo desempenhar para garantir a transparência?
- **Enviesamento e discriminação** - O enviesamento do mundo real pode moldar o enviesamento algorítmico. Alguns sistemas judiciais já usam algoritmos para avaliarem o potencial de risco criminal dos arguidos, e esses dados são usados para condenação. Mas os algoritmos trabalham com dados que podem estar historicamente comprometidos, prejudicando um género, uma raça ou uma nacionalidade. Ou seja, resultados poderão ser tendenciosos.
- **Falta de governação e de responsabilização** - Quem controla o sistema de IA e os dados? Quem é que cria as normas e os padrões éticos? Quem é responsabilizado quando essa ética é violada? Quem autoriza a recolha, armazenamento e destruição de dados?



**Deloitte.**

Serviços ▾

Indústrias ▾

C

- **Privacidade** – Apesar dos múltiplos pedidos de autorização que assinamos, **existem inúmeras violações de privacidade.** Os smartphones e serviços online recolhem dados permanentemente. O governo pode monitorizar a nossa atividade na internet. Agências e forças de autoridade estão a implementar tecnologia de reconhecimento facial. As lojas aproveitam esta tecnologia para traçarem o perfil do consumidor e estabelecer uma ligação direta ao cartão de crédito, por exemplo. Muitas destas coisas ocorrem sem conhecimento ou consentimento das pessoas.



Guardar para depois

A tecnologia recolhe atualmente um grande volume de dados através de diversas aplicações e plataformas. O debate sobre a privacidade e à inteligência artificial já faz parte da agenda política e a lei por detrás deste tópico tem ainda muitas lacunas e é quase inexistente.

[deloitte.com/pt/pt/hot-topics/A-ascensao-da-etica-na-era-dos-dados\(...\)](https://deloitte.com/pt/pt/hot-topics/A-ascensao-da-etica-na-era-dos-dados(...))

A legislação sobre a propriedade física é extremamente complexa, mas, ao longo dos anos, foi retificada e “limada” para eliminar áreas cinzentas que possam comprometer os princípios que regem os direitos e as responsabilidades associadas a uma propriedade.

E quando esta propriedade deixa de ser física, é complexa e circula livremente num mundo virtual que não se rege pelas mesmas regras?

Todos os dias a Internet, a Internet das coisas (IoT) e os sensores monitorizam e recolhem uma quantidade impressionante de dados sobre as pessoas – localização, gostos, comportamentos, amizades, saúde, sono, trabalho, entre outros exemplos. Para além disto, existem cada vez mais sistemas de inteligência artificial a tomarem decisões nos mais distintos cenários.

- Se um automóvel autónomo for confrontado com uma situação perigosa, qual o percurso menos arriscado para o passageiro ou para os outros?

Por detrás da IA e dos dados é cada vez mais relevante para as políticas públicas mas é um assunto muito complexo e quase sem qualquer suporte legislativo.

Quatro questões a liderar este debate a nível mundial:

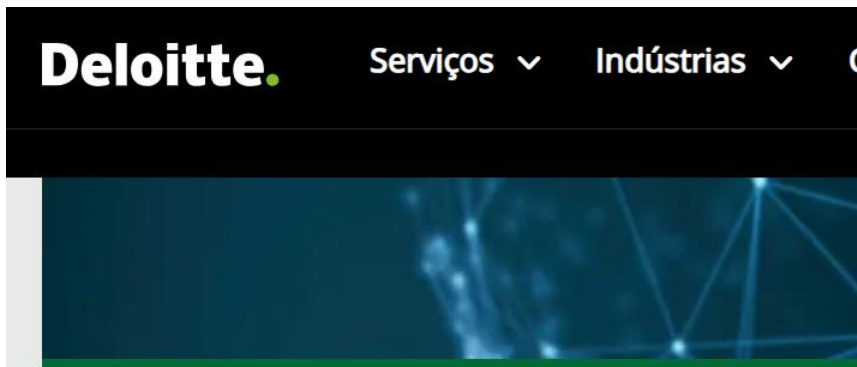
**Privacidade** – Apesar dos múltiplos pedidos de autorização que assinamos, existem inúmeras violações de privacidade. Os *smartphones* e serviços online recolhem dados permanentemente. O governo pode monitorizar a nossa atividade na Internet. Agências e forças de autoridade estão a implementar tecnologia de reconhecimento facial. As lojas aproveitam esta tecnologia para traçarem o perfil do consumidor e estabelecer uma ligação direta ao cartão de crédito, por exemplo. Muitas destas coisas ocorrem sem conhecimento ou consentimento das pessoas.

• **Falta de transparência** - Os algoritmos baseados na IA são frequentemente mantidos em segredo, ou são tão complexos que torna-se difícil garantir total fiabilidade. São estes algoritmos, que cada vez, mais condicionam as nossas decisões através dos resultados que apresentam. Devemos confiar numa informação supostamente isenta criada por critérios “secretos”? Que papel deve o governo desempenhar para garantir a transparência?

• **Enviesamento e discriminação** - O enviesamento do mundo real pode moldar o enviesamento algorítmico. Alguns sistemas judiciais já usam algoritmos para avaliarem o potencial de risco criminal dos arguidos, e esses dados são usados para condenação. Mas os algoritmos trabalham com dados que podem estar historicamente comprometidos, prejudicando um género, uma raça ou uma nacionalidade. Ou seja, resultados poderão ser tendenciosos.

• **Falta de governação e de responsabilização** – Quem controla o sistema de IA e os dados? Quem é que cria as normas e os padrões éticos? Quem é responsabilizado quando essa ética é violada? Quem autoriza a recolha, armazenamento e destruição de dados?





A legislação sobre a propriedade física é extremamente complexa, mas, ao longo dos anos, foi retificada e “limada” para eliminar áreas cinzentas que possam comprometer os princípios que regem os direitos e as responsabilidades associadas a uma propriedade.

E quando esta propriedade deixa de ser física, é complexa e circula livremente num mundo virtual que não se rege pelas mesmas regras?

Todos os dias a Internet, a Internet das coisas (IoT) e os sensores monitorizam e recolhem uma quantidade impressionante de dados sobre as pessoas – localização, gostos, comportamentos, amizades, saúde, sono, trabalho, entre outros exemplos. Para além disto, existem cada vez mais sistemas de inteligência artificial a tomarem decisões nos mais distintos cenários.

- Se um automóvel autónomo for confrontado com uma situação perigosa, deverá escolher o percurso menos arriscado para o passageiro ou para os peões?

A ética por detrás da IA e dos dados é cada vez mais relevante para as políticas públicas, mas é um assunto muito complexo e quase sem qualquer suporte legal.

Existem quatro questões a liderar este debate a nível mundial:

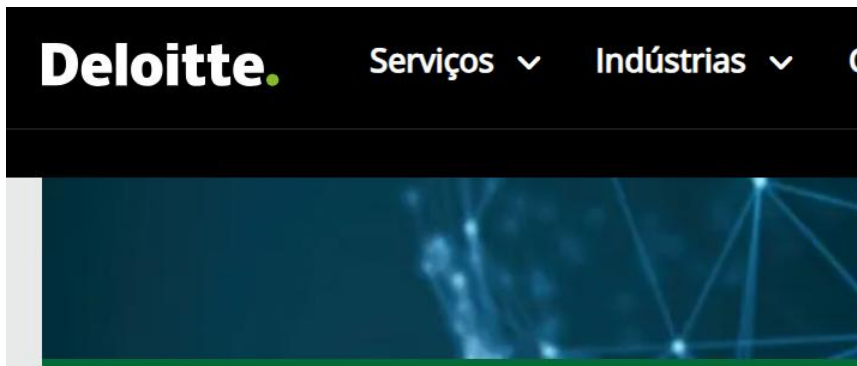
- **Falta de transparência** - Os algoritmos baseados na IA são frequentemente mantidos em segredo, ou são tão complexos que torna-se difícil garantir total fiabilidade. São estes algoritmos que cada vez mais condicionam as nossas decisões através dos resultados que apresentam. Devemos confiar numa informação supostamente isenta criada por critérios "secrets"? Que papel deve o governo desempenhar para garantir a transparência?

**Privacidade** – Apesar dos múltiplos pedidos de autorização que assinamos, há inúmeras violações de privacidade. Os *smartphones* e serviços recolhem dados permanentemente. O governo pode monitorizar a atividade na Internet. Agências e forças de autoridade estão a implementar tecnologia de reconhecimento facial. As lojas aproveitam esta tecnologia para traçarem o perfil do consumidor e estabelecer uma ligação ao cartão de crédito, por exemplo. Muitas destas coisas ocorrem sem conhecimento ou consentimento das pessoas.

**Falta de transparência** - Os algoritmos baseados na IA são frequentemente mantidos em segredo, ou são tão complexos que torna-se difícil garantir a fiabilidade. São estes algoritmos, que cada vez, mais condicionam as nossas decisões através dos resultados que apresentam. Devemos confiar numa informação supostamente isenta criada por critérios "secrets"? Que papel deve o governo desempenhar para garantir a transparência?

A tecnologia recolhe atualmente um grande volume de dados em muitas distintas aplicações e plataformas. O debate sobre a ética e à inteligência artificial já faz parte da agenda política e a lei por detrás deste tópico tem ainda muitas lacunas e é quase inexistente.

- **Enviesamento e discriminação** - O enviesamento do mundo real pode moldar o enviesamento algorítmico. Alguns sistemas judiciais já usam algoritmos para avaliarem o potencial de risco criminal dos arguidos, e esses dados são usados para condenação. Mas os algoritmos trabalham com dados que podem estar historicamente comprometidos, prejudicando um género, uma raça ou uma nacionalidade. Ou seja, resultados poderão ser tendenciosos.
- **Falta de governação e de responsabilização** – Quem controla o sistema de IA e os dados? Quem é que cria as normas e os padrões éticos? Quem é responsabilizado quando essa ética é violada? Quem autoriza a recolha, armazenamento e destruição de dados?



Artigo

## A ascensão da ética na era d

- **Enviesamento e discriminação** - O enviesamento do mundo real pode moldar o enviesamento algorítmico. Alguns sistemas judiciais já usam algoritmos para avaliarem o potencial de risco criminal dos arguidos, e esses dados são usados para condenação. Mas os algoritmos trabalham com dados que podem estar historicamente comprometidos, prejudicando um género, uma raça ou uma nacionalidade. Ou seja, resultados poderão ser tendenciosos.

Inexistente.

[deloitte.com/pt/pt/hot-topics/A-ascensao-da-etica-na-era-dos-dados\(...\)](https://deloitte.com/pt/pt/hot-topics/A-ascensao-da-etica-na-era-dos-dados(...))

A legislação sobre a propriedade física é extremamente complexa, mas, ao longo dos anos, foi retificada e “limada” para eliminar áreas cinzentas que possam comprometer os princípios que regem os direitos e as responsabilidades associadas a uma propriedade.

E quando esta propriedade deixa de ser física, é complexa e circula livremente num mundo virtual que não se rege pelas mesmas regras?

Todos os dias a Internet, a Internet das coisas (IoT) e os sensores monitorizam e recolhem uma quantidade impressionante de dados sobre as pessoas – localização, gostos, comportamentos, amizades, saúde, sono, trabalho, entre outros exemplos. Para além disto, existem cada vez mais sistemas de inteligência artificial a tomarem decisões nos mais distintos cenários.

- Se um automóvel autónomo for confrontado com uma situação perigosa, deverá escolher o percurso menos arriscado para o passageiro ou para os peões?

A ética por detrás da IA e dos dados é cada vez mais relevante para as políticas públicas, mas é um assunto muito complexo e quase sem qualquer suporte legal.

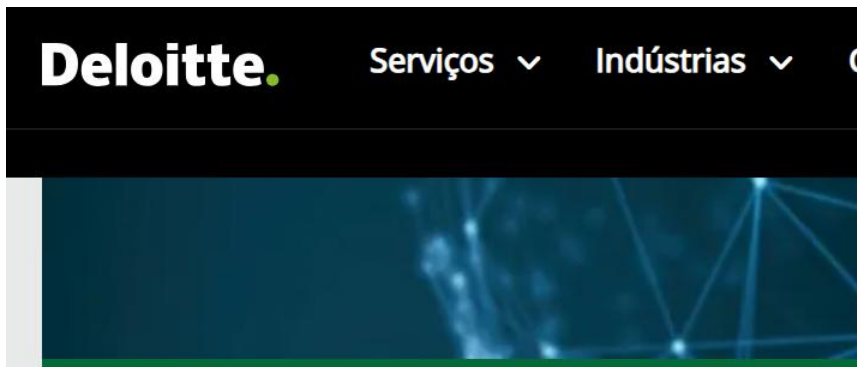
Existem quatro questões a liderar este debate a nível mundial:

- **Privacidade** – Apesar dos múltiplos pedidos de autorização que assinamos, existem inúmeras violações de privacidade. Os *smartphones* e serviços *online* recolhem dados permanentemente. O governo pode monitorizar a nossa atividade na Internet. Agências e forças de autoridade estão a implementar tecnologia de reconhecimento facial. As lojas aproveitam esta tecnologia para traçarem o perfil do consumidor e estabelecer uma ligação direta ao cartão de crédito, por exemplo. Muitas destas coisas ocorrem sem conhecimento ou consentimento das pessoas.

**de transparência** - Os algoritmos baseados na IA são frequentemente usados em segredo, ou são tão complexos que torna-se difícil garantir a transparência. São estes algoritmos, que cada vez, mais condicionam as nossas decisões através dos resultados que apresentam. Devemos confiar na informação supostamente isenta criada por critérios “secrets”? Que papel deve o governo desempenhar para garantir a transparência?

**Enviesamento e discriminação** - O enviesamento do mundo real pode moldar o enviesamento algorítmico. Alguns sistemas judiciais já usam algoritmos para avaliarem o potencial de risco criminal dos arguidos, e esses dados são usados para condenação. Mas os algoritmos trabalham com dados que podem estar historicamente comprometidos, prejudicando um género, uma raça ou uma nacionalidade. Ou seja, resultados poderão ser tendenciosos.

- **Falta de governação e de responsabilização** – Quem controla o sistema de IA e os dados? Quem é que cria as normas e os padrões éticos? Quem é responsabilizado quando essa ética é violada? Quem autoriza a recolha, armazenamento e destruição de dados?



## Artigo

# A ascensão da ética na era da IA

## Questões prioritárias e o que ainda falta



Guardar para depois

A tecnologia recolhe atualmente um grande volume

- **Falta de governação e de responsabilização** – Quem controla o sistema de IA e os dados? Quem é que cria as normas e os padrões éticos? Quem é responsabilizado quando essa ética é violada? Quem autoriza a recolha, armazenamento, e destruição de dados?

A legislação sobre a propriedade física é extremamente complexa, mas, ao longo dos anos, foi retificada e “limada” para eliminar áreas cinzentas que possam comprometer os princípios que regem os direitos e as responsabilidades associadas a uma propriedade.

E quando esta propriedade deixa de ser física, é complexa e circula livremente num mundo virtual que não se rege pelas mesmas regras?

Todos os dias a Internet, a Internet das coisas (IoT) e os sensores monitorizam e recolhem uma quantidade impressionante de dados sobre as pessoas – localização, gostos, comportamentos, amizades, saúde, sono, trabalho, entre outros exemplos. Para além disto, existem cada vez mais sistemas de inteligência artificial a tomarem decisões nos mais distintos cenários.

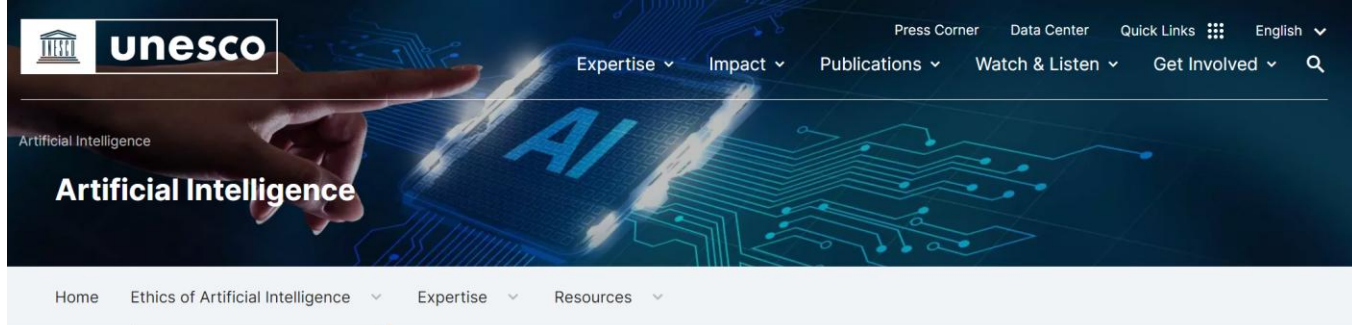
- Se um automóvel autónomo for confrontado com uma situação perigosa, deverá escolher o percurso menos arriscado para o passageiro ou para os peões?

A ética por detrás da IA e dos dados é cada vez mais relevante para as políticas públicas, mas é um assunto muito complexo e quase sem qualquer suporte legal.

Existem quatro questões a liderar este debate a nível mundial:

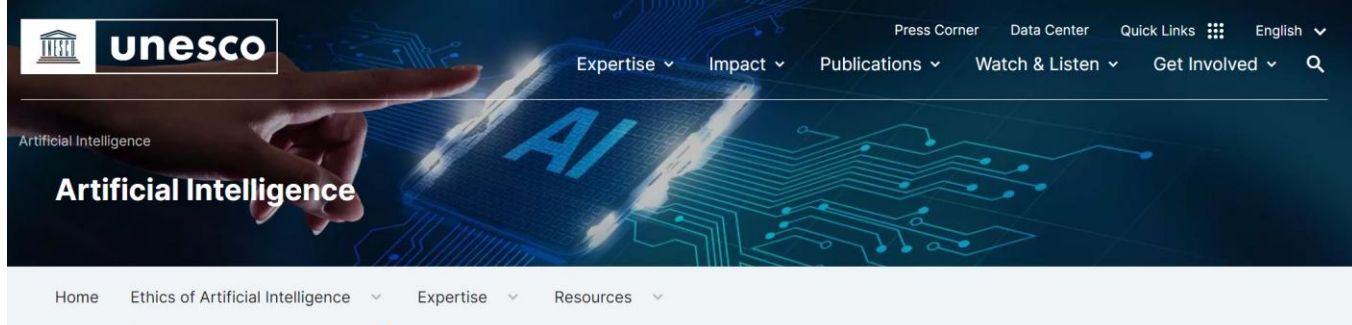
- **Privacidade** – Apesar dos múltiplos pedidos de autorização que assinamos, existem inúmeras violações de privacidade. Os *smartphones* e serviços *online* recolhem dados permanentemente. O governo pode monitorizar a nossa atividade na Internet. Agências e forças de autoridade estão a implementar tecnologia de reconhecimento facial. As lojas aproveitam esta tecnologia para traçarem o perfil do consumidor e estabelecer uma ligação direta ao cartão de crédito, por exemplo. Muitas destas coisas ocorrem sem conhecimento ou consentimento das pessoas.
- **Falta de transparência** - Os algoritmos baseados na IA são frequentemente mantidos em segredo, ou são tão complexos que torna-se difícil garantir total fiabilidade. São estes algoritmos, que cada vez, mais condicionam as nossas decisões através dos resultados que apresentam. Devemos confiar numa informação supostamente isenta criada por critérios “secretos”? Que papel deve o governo desempenhar para garantir a transparência?
- **Enviesamento e discriminação** - O enviesamento do mundo real pode ser refletido no enviesamento algorítmico. Alguns sistemas judiciais já usam dados para avaliarem o potencial de risco criminal dos arguidos, e estes dados são usados para condenação. Mas os algoritmos trabalham com dados que podem estar historicamente comprometidos, prejudicando certos grupos, uma raça ou uma nacionalidade. Ou seja, resultados poderão ser enviesados.
- **Falta de governação e de responsabilização** – Quem controla o sistema de IA e os dados? Quem é que cria as normas e os padrões éticos? Quem é responsabilizado quando essa ética é violada? Quem autoriza a recolha, armazenamento e destruição de dados?





## Ethics of Artificial Intelligence





## Ethics of Artificial Intelligence

### Welcome to the Global AI Ethics and Governance Observatory

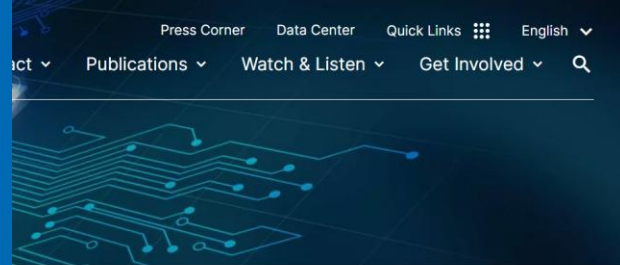
The aim of the Observatory is to provide a global resource for policymakers, regulators, academics, the private sector and civil society to find solutions to the most pressing challenges posed by Artificial Intelligence. The Observatory showcases information about the readiness of countries to adopt AI ethically and responsibly. It also hosts the AI Ethics and Governance Lab, which gathers contributions, impactful research, toolkits and good practices across a range of issues related to AI ethics, governance, responsible innovation, standards, institutional capacities, generative AI, and neurotechnologies.





## II. Aims and objectives

5. This Recommendation aims to provide a basis to make AI systems work for the good of humanity, individuals, societies and the environment and ecosystems, and to prevent harm. It also aims at stimulating the peaceful use of AI systems.
6. In addition to the existing ethical frameworks regarding AI around the world, this Recommendation aims to bring a globally accepted normative instrument that focuses not only on the articulation of values and principles, but also on their practical realization, via concrete policy recommendations, with a strong emphasis on inclusion issues of gender equality and protection of the environment and ecosystems.
7. Because the complexity of the ethical issues surrounding AI necessitates the cooperation of multiple stakeholders across the various levels and sectors of international, regional and national communities, this Recommendation aims to enable stakeholders to take shared responsibility based on a global and intercultural dialogue.
8. The objectives of this Recommendation are:
  - (a) to provide a universal framework of values, principles and actions to guide States in the formulation of their legislation, policies or other instruments regarding AI, consistent with international law;
  - (b) to guide the actions of individuals, groups, communities, institutions and private sector companies to ensure the embedding of ethics in all stages of the AI system life cycle;
  - (c) to protect, promote and respect human rights and fundamental freedoms, human dignity and equality, including gender equality; to safeguard the interests of present and future generations; to preserve the environment, biodiversity and ecosystems; and to respect cultural diversity in all stages of the AI system life cycle;
  - (d) to foster multi-stakeholder, multidisciplinary and pluralistic dialogue and consensus building about ethical issues relating to AI systems;
  - (e) to promote equitable access to developments and knowledge in the field of AI and the sharing of benefits, with particular attention to the needs and contributions of LMICs, including LDCs, LLDCs and SIDS.







- O que é o uso **não ético** de dados?

Inteligência Artificial?

Tecnologia?

[rockcontent.com/br/blog/a-etica-na-inteligencia-artificial/](https://rockcontent.com/br/blog/a-etica-na-inteligencia-artificial/)

Teste grátis

## A Ética na Inteligência Artificial: tudo o que você precisa saber

Explorando a ética na Inteligência Artificial, este artigo aborda como a tecnologia pode ser usada de forma responsável para garantir transparência, consentimento no uso de dados e evitar vieses. Entenda a importância da ética na IA para empresas e sociedade, e comece a refletir sobre seu uso consciente.

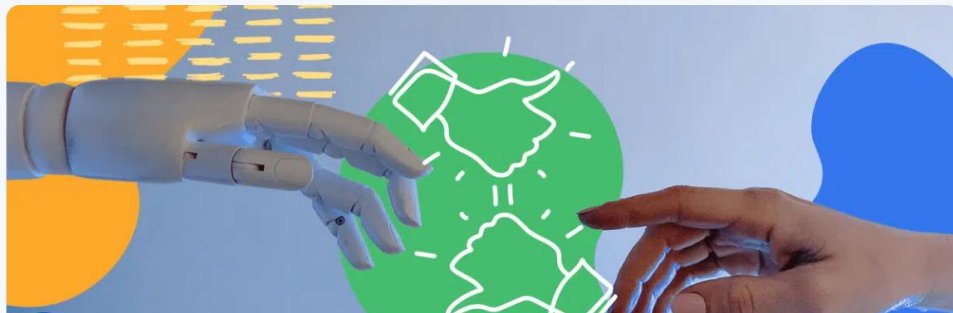


Guilherme Pimenta

25 abr, 23 | Leitura: 8min

Atualizado em: 27/05/2024

✓ Conteúdo criado por humano





- O que é o uso **não ético** de dados?

Inteligência Artificial?

Tecnologia?

## A Ética na Inteligência Artificial: tudo o que você precisa saber

Explorando a ética na Inteligência Artificial, este artigo aborda como a tecnologia pode ser usada de forma responsável para garantir transparência, consentimento no uso de dados e evitar vieses. Entenda a importância da ética na IA para empresas e sociedade, e comece a refletir sobre seu uso consciente.



Guilherme Pimenta

25 abr, 23 | Leitura: 8min

Atualizado em: 27/05/2024

- A **quebra de privacidade** no uso de informações confidenciais sem conhecimento dos gestores da IA;
- **Substituição de posições de trabalho** por IA em detrimento da qualidade estratégica de profissionais capacitados;
- **Viés de algoritmos** que, de maneira direta ou indireta, exercem discriminação na análise de dados (como em reconhecimento facial);
- O **efeito de "caixa preta"**, quando um resultado nocivo de processamento da IA é apresentado, mas é impossível analisar as fontes e conexões feitas para chegar até aquele ponto.

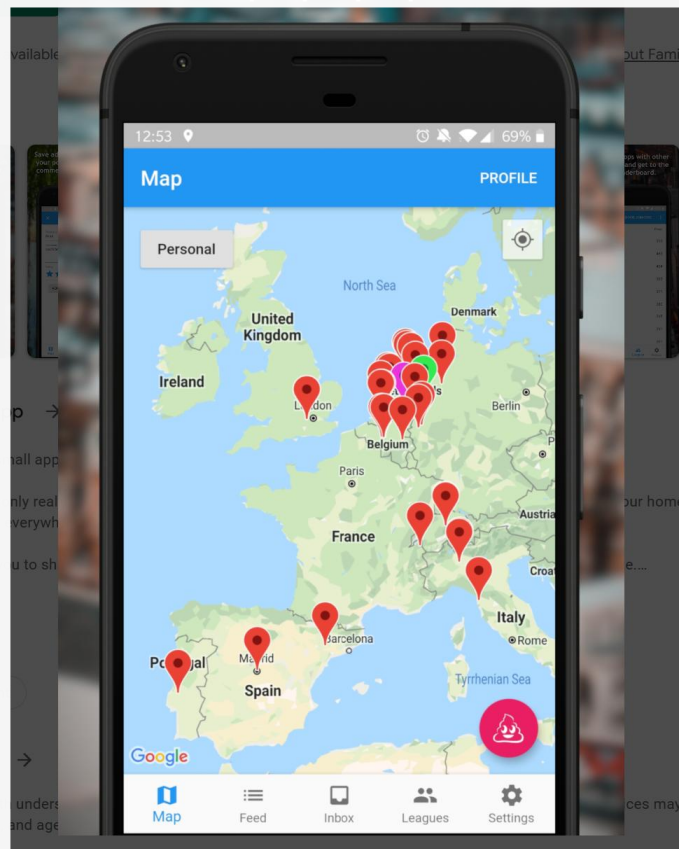
Grande parte dessas discussões têm a ver com a autonomia cada vez maior de Inteligências Artificiais. Por



- Analfabetismo tecnológico!

## Poop Map

Use the map to track where you've pooped, where your friends have pooped, and where other people poop.







- Analfabetismo tecnológico!

## Poop Map

Nino Uzelac

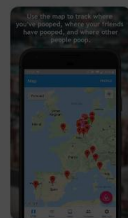
Contains ads · In-app purchases

4.7★

11.2K reviews

Install

This app is available



About this app

Poop Map is a small app

By pressing the only real  
houses. Expand everywh

It also enables you to sh

Updated on

Sep 22, 2023

Entertainment

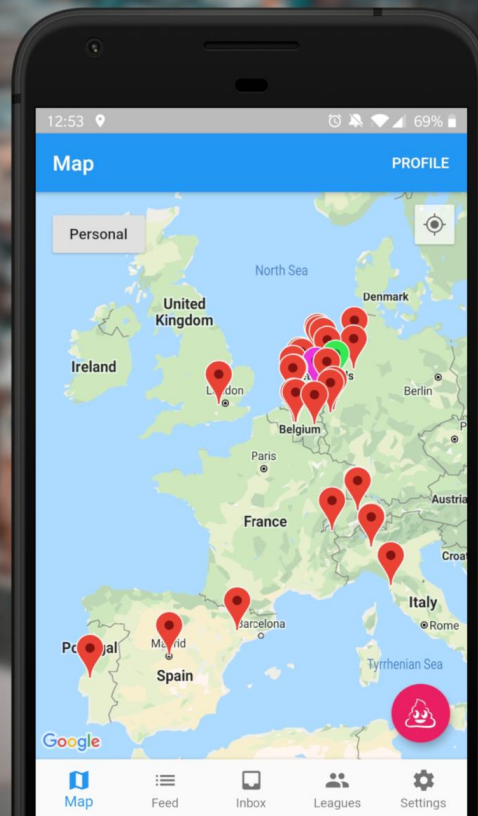
Data safety

Safety starts with unders  
your use, region, and age



This app may share these data types with third parties

Use the map to track where  
you've pooped, where your friends  
have pooped, and where other  
people poop.





**Universidade do Minho**  
Departamento de Informática

# Ética & Dados

SA @ Perfil SI, MEI  
2º sem, 2024/2025